

ATA, 53.^a REUNIÃO,
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 2023

(continuação da Sessão Ordinária iniciada no dia 18 de setembro de 2023)

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município.

Membros Eleitos presentes na Sessão: José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Carlos Aníbal Marques de Magalhães, em substituição de Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Pedro Miguel Pereira Faria, em substituição de Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Francisco Crisóstomo Calheiros, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Patrícia Filipa Moreira Teixeira; João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela;

Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Maria de Fátima Leite Ferreira da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, Nuno Gomes, em substituição de João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Ana Isabel Pinheiro Gomes, em substituição de Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Alberto Bastos Torres, em substituição de Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Às 21 horas, foi feita a chamada e **verificou-se estarem presentes 43 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, **declarou aberta a Sessão.**

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória para Continuação da Sessão expedida em 25 de setembro de 2023
e Ordem de Trabalhos expedida em 13 de setembro de 2023)

4. Deliberação sobre Aprovação da alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto – Parte D – Título VII - Circuitos Turísticos.

NUD/543415/2023/CMP

Pedro Faria, Membro do Grupo Municipal BE, referiu que, apesar de serem definidas regras importantes, haveria aspetos que não estariam salvaguardados na proposta. Disse que era necessário ter em conta os interesses de quem visita a cidade, mas também de quem vive e trabalha na cidade.

Deu nota da sobrecarga de circulação no centro histórico, facto pelo qual entendem que os veículos não deveriam circular naquela zona. Questionou se os operadores turísticos poderiam utilizar as faixas BUS. Informou que iriam abster-se no ponto.

Entrou na Sala Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, referiu que a dinâmica da cidade tem vindo a mudar, sendo necessário que o regulamento em discussão acompanhe as respetivas mudanças.

Disse que a proposta apresentada refletia o esforço da Câmara Municipal em dar resposta aos diversos desafios de mobilidade e em garantir uma maior transparência e concorrência entre os operadores dos circuitos turísticos. Referiu que a pedonalização do centro da cidade teria de ser gradual, com medidas de mitigação, até que fossem criadas condições para o transporte alternativo.

Notou que as questões associadas ao processo de consulta pública foram cumpridas e respondidas, pelo que o PSD votaria favoravelmente a proposta. Concluiu, dizendo que, contudo, esperava que a próxima revisão contivesse medidas mais disruptivas, de forma a que a cidade assumisse um papel de liderança ao nível das melhores práticas de mobilidade urbana sustentável.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, referiu que a questão dos horários ficou aquém da sua expectativa, bem como a pressão que iria continuar a haver no centro histórico. Afirmou que, apesar das dificuldades identificadas, haveria um progresso em relação às regras anteriores. Disse que entendia que o Município teria de ter uma maior capacidade de negociação para um maior equilíbrio entre as partes e uma maior partilha do espaço público. Defendeu o transporte público gratuito e mais zonas pedonais e terminou, informando que iria votar a favor da proposta.

Entrou na Sala Luís Artur Ribeiro Pereira, Membro do Grupo Municipal RM.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, informou que iriam acompanhar a proposta que consideravam equilibrada e razoável. Assumiu que havia problemas de mobilidade que geram a necessidade de gestão permanente da dinâmica da cidade naquele âmbito. Sublinhou a necessidade de acompanhamento da progressão das zonas pedonalizadas que se pretende que sejam implementadas gradual e equilibradamente. Destacou a preocupação do Município em estabelecer regras, enumerando um conjunto de medidas implementadas.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, deu nota da importância da regulamentação em apreciação. Partilhou as suas preocupações, dando nota de que o documento poderia ser mais limitador, tendo em conta a pressão turística causada aos residentes de algumas zonas. Informou que haveria liberdade de votação para o Membros do Partido Socialista, pelo que uns votariam a favor e outros se absteriam.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que a CDU entendia a necessidade de alteração ao regulamento. Enumerou algumas propostas do regulamento e teceu considerações em relação a alguns aspetos da proposta, questionando sobre as licenças atribuídas a algumas operadoras.

Jerónimo Fernandes, Líder do Grupo Municipal CH, considerou que a dinâmica da cidade estava em permanente mutação e que a cidade tem sido submetida a uma forte pressão turística. Disse que se deveria ter em conta todos os modos de circulação e notou que havia um esforço de regulamentação em alguns aspetos. Apelou às entidades e organismos responsáveis da Câmara para que estivessem atentos às novas dinâmicas e concluiu, informando que o Grupo Municipal Chega iria votar a favor.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, disse que a Câmara Municipal tem tentado pugnar por regulamentar indo de encontro às alterações e aos novos desafios, de forma a guiar e gerir a cidade. Disse que o regulamento de circuitos turísticos tinha necessidade de revisão por diversos fatores. Todavia, e paralelamente ao documento, havia um conjunto de iniciativas implementadas para uma mobilidade mais sustentável. Destacou alguns aspetos da proposta como a promoção de uma maior concorrência entre operadores económicos, a transparência na utilização de GPS – *Global Positioning System* e a otimização da monitorização. Terminou, esclarecendo que as faixas BUS seriam sempre destinadas apenas ao transporte público.

Entrou na Sala Miguel Barbosa, Membro do Grupo Municipal RM.

Pedro Faria, Membro do Grupo Municipal BE, referiu que colocou a questão porque teria entendido que, em algumas situações, os operadores turísticos poderiam aceder ao corredor BUS.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, confirmou o que disse anteriormente e acrescentou que a utilização das faixas BUS apenas pelos operadores de transporte público, nomeadamente a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, era uma aposta do Município.



Deliberação: Aprovada, por maioria, com 35 votos a favor (20 RM + 9 PSD + 4 PS + 1 PAN + 1 CH) e 11 abstenções [5 PS (Ricardo Meireles, Alfredo Fontinha, Helena Maia, Ana Gomes e Fernanda Rodrigues) + 3 CDU + 3 BE].

Ricardo Meireles, Alfredo Fontinha, Helena Maia, Ana Gomes e Fernanda Rodrigues, Membros do Grupo Municipal PS, **informaram que iriam apresentar uma declaração de voto, por escrito.** (Anexo I)

5. Deliberação sobre autorização para assunção prévia de compromissos plurianuais referentes à celebração da Segunda Adenda ao Acordo de Colaboração n.º 15/2019 - Obras de Requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano - Porto.

NUD/551643/2023/CMP

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, notou que a mobilização da comunidade foi determinante para exigir a recuperação da Escola Secundária Alexandre Herculano. Contextualizou cronologicamente o processo e referiu que gostaria de ver replicada a solução noutras situações. Elogiou a recuperação, dando nota da preservação do património e a garantia de umas instalações excelentes para a comunidade escolar. Concordou com a proposta em apreciação, sendo a prática desportiva de extrema importância para o desenvolvimento dos jovens.

Questionou se, no futuro, as instalações poderiam vir a ser usadas por associações locais e se a transição da comunidade escolar para as novas instalações já estaria concluída. Informou que o Grupo Municipal Bloco de Esquerda iria votar a favor da proposta.

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, fez uma retrospectiva do processo, notando que o Estado negligenciou as obras urgentes da Escola, denotando incapacidade em cumprir com as suas obrigações.

Disse que foram o Município do Porto e os portuenses que resolveram o problema, algo que deveria ser responsabilidade do Estado. Questionou o Executivo se o Governo já teria pagado a sua comparticipação na obra. Referiu que a educação era uma área fundamental para o PSD e que a Escola Alexandre Herculano era um património importante, pelo que o PSD iria acompanhar o envolvimento da Câmara na resolução do problema, votando favoravelmente.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, reiterou a importância da Escola. Destacou o esforço financeiro da Câmara e, quanto ao compromisso monetário do Governo, referiu que já teriam sido pagos cerca de 2,8 milhões de euros do valor global de 4 milhões de euros. Quanto à obra a realizar no exterior na escola, informou que seria construído um campo de jogos coberto, sendo exclusivo para esse fim. Partilhou a sua preocupação em relação à reabilitação necessária noutras escolas, no âmbito do processo de descentralização. Respondeu que a comunidade escolar que utilizava a Escola Pires de Lima já tinha mudado para as novas instalações e que, no momento, estaria a decorrer a remoção de mobiliário.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, manifestou o seu acordo com o proposto e questionou sobre se estaria prevista a plantação de mais arvoredo.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, partilhou as suas memórias na Escola e apelou a que o Governo comesse a cumprir com o devido, tanto na área da educação, como em outras. Informou que iria votar a favor da proposta em apreciação.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, destacou e valorizou a obra executada informando que iriam votar a favor. Questionou sobre a construção do anunciado gimnodesportivo das Eirinhas.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, disse que a reconstrução da Escola Alexandre Herculano era uma obra que os orgulhava. Referiu que naquela escola, como em tantos outros casos, o Município substituiu-se ao Estado. Acrescentou que a obra só se realizou devido à capacidade financeira do Município. Disse que iriam acompanhar a proposta e agradeceu ao Executivo a recuperação do património moral, emocional e físico da Escola.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, contextualizou a proposta, dando nota que o Partido Socialista estaria alinhado com o investimento que seria fundamental para concluir a obra. Disse que houve vários investimentos na cidade do Porto e no país com intervenção nacional.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

6. Deliberação sobre autorização para assunção prévia de compromissos plurianuais para os anos de 2026 e 2027, para formação de contrato de aquisição de serviços de inspeção periódica de equipamentos de elevação.
NUD/542184/2023/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, resumiu a proposta e o seu objeto, informando que votaria favoravelmente.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, deu nota que a questão colocada anteriormente ao Executivo sobre as Eirinhas e o pavilhão gimnodesportivo ainda não tinha sido respondida. Referindo-se ao ponto em discussão, disse haver uma contradição neste tipo de proposta, por serem votados valores de orçamento e compromissos plurianuais que depois acabam por poder ter uma execução distinta. Perguntou se seria possível discriminar mais claramente o tipo de equipamentos de elevação que estavam abrangidos neste contrato.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo**, respondeu à questão colocada, dizendo que o contrato se destinava à contratação de serviços para fiscalização obrigatória por Lei dos sistemas de elevação privados. Esclareceu, depois, que a execução dos compromissos plurianuais não era discricionária, sendo sempre trazidos a Assembleia para serem deliberados.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

7. Deliberação sobre pedido de prorrogação de prazo e de imputação do pagamento efetuado em 2022 ao ano de 2023 do Contrato n.º CPI/1/2021/DMC – Lote III.

NUD/542718/2023/CMP

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

8. Deliberação sobre Autorização para Resolução unilateral do contrato de cedência temporária celebrado com a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde relativo ao imóvel sito à Avenida D. Carlos I, com a Esplanada do Castelo e Rua de D. Luís Filipe.

NUD/541296/2023/CMP

Tiago Mayan, Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, falou sobre a Escola 85 e a entrega do imóvel ao Município, dizendo que os pormenores da cedência já tinham sido explicados numa outra Sessão da Assembleia Municipal. Afirmou que, possuindo a União de Freguesias à qual presidia um histórico financeiro robusto, tinha sido delineada uma estratégia de valorização de todo o seu património, dando exemplos de obras efetuadas. Voltando ao tema da Escola 85, disse que a União de Freguesias tinha percebido que não teria capacidade de realizar as obras de recuperação e otimização necessárias naquele equipamento e que só o Município poderia responder adequadamente ao investimento necessário. Informou que, estando



também assegurado o realojamento da Academia de Danças e Cantares do Norte de Portugal num outro equipamento na Foz do Douro, estavam reunidas as condições para a passagem do imóvel para o Município e o arranque da discussão sobre a sua futura utilização.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, perguntou se o Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, queria partilhar já algumas ideias para a utilização futura do equipamento.

Tiago Mayan, Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, disse que não queria condicionar uma discussão que deveria ser aberta às forças políticas e aos cidadãos.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, falou sobre o acordo de cedência de utilização da Escola 85 pelo Município à União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, aprovado em 2018 e por um prazo de dezasseis anos e que agora seria resolvido. Disse, depois, que o Bloco de Esquerda defendia que o Município deveria assumir novamente a posse para realizar as obras necessárias no imóvel, desde que o voltasse a entregar posteriormente à União de Freguesias, para o mesmo ser utilizado para um fim público. Pediu que o debate à volta da definição do uso futuro do imóvel começasse a ser feito desde já.

Perguntou ao Executivo se a Escola Artística Árvore, que tinha anteriormente demonstrado interesse em ocupar aquele espaço, tinha abandonado a ideia.

Perguntou também se não deveriam ser realizadas, com carácter de urgência, obras de conservação da Escola 85, que se encontra num estado de degradação avançado.

José Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que o edifício da Escola 85 representava uma importância arquitetónica e de memória coletiva para a população da Foz do Douro. Disse depois que o Património Municipal deve ser mantido em boas

condições e afeto ao uso público, pelo que apoiariam a proposta em deliberação. Afirmou a importância do debate público sobre o futuro uso do imóvel, tal como defendido pelas forças políticas e pela sociedade civil.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, fez uma reflexão sobre a incapacidade demonstrada por alguns Órgãos em cumprir com as responsabilidades a que se propuseram em tempo, resultando na inversão de decisões tomadas, pedindo esclarecimentos adicionais sobre a situação da Escola 85. Disse que iriam votar favoravelmente a proposta para permitir a realização de obras de conservação no imóvel e pediu que ficasse, o quanto antes, esclarecido que tipo de utilização futura seria dada ao mesmo.

Tiago Mayan, Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, esclareceu que o contrato de cedência do imóvel à União de Freguesias por parte da Câmara Municipal não data de 2018, mas sim de 2004. Disse que, na impossibilidade de terem sido feitas obras de manutenção durante vinte anos, obras essas que consumiriam os recursos financeiros da União de Freguesias e comprometeriam a concretização de outros projetos importantes, foi decidido reverter a posse do edifício para o Município. Deixou uma nota sobre a escola Francisco Torrinha e terminou a sua intervenção.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, respondeu a algumas questões colocadas, dizendo que o debate sobre a utilização futura da Escola 85 não será adiado para um próximo mandato. Disse ser provável que a execução do projeto que seja, eventualmente, aprovado é que será já num outro mandato. Disse depois que a Escola Artística Árvore procura um espaço que não se coaduna com a Escola 85 e que a Câmara continua a tentar identificar um local que satisfaça as suas necessidades.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

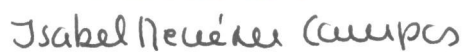
E nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal**, Sebastião Feyo de Azevedo, **leu e submeteu à votação a Minuta da Ata** que foi **aprovada, por unanimidade, e encerrou os trabalhos da Sessão, eram 22h45.**

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feyo de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos

Anexo I: Declaração de Voto apresentada por Ricardo Meireles, Alfredo Fontinha, Helena Maia, Ana Gomes e Fernanda Rodrigues relativa à Deliberação sobre Aprovação da alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto – Parte D – Título VII - Circuitos Turísticos.

AM 02.10.2023 (continuação)

Ponto 4 – Deliberação sobre a Aprovação da alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto – Parte D – Título VII – Circuitos Turísticos

Declaração de voto

Abstenção

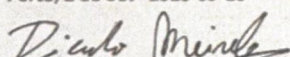
Regular a dinâmica turística crescente na cidade é uma exigência resultante do afluxo intenso que se tem verificado. Daí que regular os circuitos de transportes turísticos se inscreve nesta necessidade, podendo ser um instrumento útil e indispensável para garantir uma mobilidade mais ajustada.

Apesar de se registar que o regulamento em análise se propõe uma gestão mais atenta contendo avanços positivos, é todavia omissa, por exemplo, em medidas que retirem este tipo de transportes da Zona Histórica.

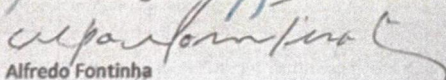
O horário de circulação de veículos turísticos estava inicialmente previsto das 8h30 até às 22h00 horas, com uma restrição entre as 18h00 e as 19h30 horas, com o que se poderia acautelar uma melhorada condição de mobilidade na cidade. Após consulta junto dos operadores e numa cedência aos interesses destes, o horário foi alterado deixando cair o impedimento das 18h00-19h30 horas e estabelecendo agora um horário ininterrupto das 9h00 até às 22h00.

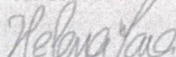
Por considerarmos que estas condições não defendem os interesses da população da cidade e, mais ainda, dos residentes em zonas de maior pressão turística, entendemos abster-nos neste ponto

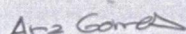
Porto, 2 de outº 2023-09-20


Ricardo Meireles


Fernanda Rodrigues


Alfredo Fontinha


Helena Maia


Ana Gomes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 53.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 2 de outubro de 2023 (continuação de Sessão Ordinária iniciada no dia 18 de setembro de 2023).

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 2 de outubro de 2023 (continuação de Sessão Ordinária iniciada no dia 18 de setembro de 2023). Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 53.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 16 de outubro de 2023.

O Presidente

Sebastião Feye de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão